

PMDB duvida e cobra dados realistas

O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, articulador político do governo, vai ter que usar todo o seu talento para conseguir aprovar no Congresso o projeto de lei que pretende elevar as alíquotas de contribuição da Previdência Social. A dobradinha com o PMDB que garantiu ao governo no final do ano passado um expressivo aumento dos impostos não deve se repetir agora. Hoje, o deputado Antônio Britto (PMDB-RS) submete à mesa da Câmara um Requerimento de Informações, em nome do partido, solicitando todos os dados e informações financeiras sobre a real situação do INSS ante o reajuste de 147% para os aposentados. O deputado, que é um dos especialistas do partido neste assunto, duvida dos dados apresentados na televisão pelo presidente Collor e, em nota oficial, está recomendando a rejeição da proposta do governo.

Depois de acertar com o líder do PMDB na Câmara, Genebaldo Correia, os termos do Requerimento, Britto disse ao **Jornal de Brasília** que "o PMDB quer os números

verdadeiros para discutir seriamente a questão da Previdência Social no Brasil". Para ele, ou a proposta do governo visa "fazer caixa às custas dos 147%, ou vai haver uma explosão inflacionária", isto em função da estimativa de arrecadação feita pelo presidente de Cr\$ 11 trilhões.

De acordo com os dados obtidos pelo deputado no INSS, o gasto médio do órgão com os 147% dos aposentados vai representar 24% da folha de dezembro, ou seja, Cr\$ 369 bilhões. Multiplicado por 13 parcelas (12 meses mais o 13º) de 1992, este valor alcançaria Cr\$ 5 trilhões, menos da metade do que o governo está prevendo com sua proposta de elevação das alíquotas de contribuição.

Para Britto, o governo não precisava, neste momento, mandar qualquer projeto ao Congresso, "porque não depende de autorização legislativa para cumprir decisões judiciais e, neste momento, possui os recursos necessários aos pagamentos dos primeiros reajustes". E o próprio governo tem enfa-

tizado que as decisões judiciais só terão caráter terminal quando forem julgadas no Supremo Tribunal Federal (STF), o que está previsto para 60 dias.

"O pronunciamento do presidente na televisão, a convocação extraordinária e o envio do projeto fazem parte de uma estratégia final de pressão (do governo) sobre o Judiciário e de divisão de ônus com o Congresso Nacional", afirma o deputado. Para Britto, o projeto "é uma última e dramatizada tentativa de evitar a vitória dos 147% na Justiça. Ele está dizendo à sociedade e ao Poder Judiciário que vai cobrar caro dos trabalhadores pela decisão na inútil expectativa de reverter o quadro de derrotas que sofre, desde setembro do ano passado, nesta área".

"O projeto é um festival de erros", sustenta o parlamentar, apontando que as novas alíquotas "massacram quem ganha menos". Isto porque todos os assalariados vão pagar de forma linear mais 3% a título de "contribuição e equili-

brio previdenciário", o que penaliza mais quem ganha menos.

Para o deputado há contradição na ação do governo. Ele prega uma reforma da Previdência com ênfase no fim das contribuições dos trabalhadores, como forma de desonerar as folhas de pagamentos das empresas e do Estado e aumentar a parte formal da economia, ampliando, por fim, a receita da Previdência, e agora "aumenta de forma absurda a incidência da contribuição sobre a folha, criando um poderoso estímulo à informalização da economia, o que, por sua vez, reduz no médio prazo a receita do INSS", analisou Britto.

O deputado também criticou a intenção do governo embutida no projeto de acabar com a política de reajustes para os aposentados, determinando que eles terão apenas um reajuste, em junho, descontadas as antecipações.

E bombardeou a cobrança dos 7% de contribuição dos aposentados. "Mais do que uma injustiça, isto é uma inconstitucionalidade", afirmou. (Cesar Borges, editor)